

O Socialista



JORNAL DA LIGA OPERÁRIA INTERNACIONALISTA

[ORIENTE MÉDIO] - Página 4

O "PLANO DE PAZ" IMPERIALISTA

- PÁGINA 4 -



[ÁFRICA] - Página 6



**REVOLUÇÃO OU BARBÁRIE:
A SAÍDA PARA A ÁFRICA DEVE SER
CLASSISTA E REVOLUCIONÁRIA**

[BRASIL] - Página 8



**ECONOMIA DESACELERA, FRENTE AMPLA
AVANÇA COM A REFORMA ADMINISTRATIVA.
É PRECISO RESPONDER COM A GREVE GERAL**

- CAMPANHA FINANCEIRA -

CONTRIBUA COM A LOI

PIX - loioposicaodeluta@gmail.com



SINDICAL - PÁGINA 13

**[EDITORIAL]**

ACIRRAM-SE AS TENDÊNCIAS DE CRISE DIANTE DA GUERRA COMERCIAL

No final do mês de outubro, o 20º Comitê Central do Partido Comunista da China aprovou as recomendações para o 15º Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico e Social, a ser implementado no período de 2026 a 2030. Em seus balanços e resoluções, expressa-se a necessidade e vontade de avançar no seu desenvolvimento tecnológico e econômico, com vistas à construção e consolidação de uma posição de liderança perante o mundo nesses quesitos, aprofundando sua condição como concorrente direto do imperialismo - em especial estadunidense. A reação imperialista se dá no acirramento das disputas econômicas, no aumento exponencial do belicismo e numa consequente polarização das relações geopolíticas, expressão clara do alto grau de avanço do processo de decomposição desse imperialismo e do próprio capital, que para manter sua posição hegemônica, ameaça utilizar - e utiliza de fato direta e indiretamente - de todas as ferramentas possíveis que possui, militares e econômicas, para disciplinar o Estado chinês a se colocar de forma subalterna no sistema de Estados.

As políticas empreendidas pelo governo de Donald Trump, principalmente em âmbito internacional, refletem a necessidade de frear o aumento da influência política chinesa, particularmente em regiões que historicamente sempre foram

submissas ao imperialismo, e atualmente teve seu foco voltado para a América Latina. Na América do Sul, região onde a China só não substituiu os EUA como principal parceiro comercial na Colômbia - parceiro estratégico dos EUA há décadas - e no Paraguai, que historicamente possui relações próximas com Taiwan. Já na América Central, a presença norte-americana ainda predomina, com exceção de Cuba, mas os interesses chineses já se fazem sentir na região, principalmente na Nicarágua, onde a China pretende construir um novo canal interoceânico para substituir o canal de Panamá, em vias de se tornar ultrapassado, e também no próprio Panamá e em El Salvador, onde o regime de Bukele se equilibra entre a proximidade com Trump - recebendo os "imigrantes ilegais" deportados - e os investimentos chineses em infraestrutura (cerca de 500 mi US\$ não reembolsáveis em 2024).

O avanço belicista que acompanha essa disputa econômica se desenrola tranquilamente: já são 2,4 bi US\$ em empréstimos do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) para países da América do Sul e Caribe em acordo para investimento em segurança, dinheiro direcionado inicialmente a Argentina e Equador, governos alinhados a Trump, sendo que o segundo passa por distúrbios internos como greves e protestos motivados pelo aumento do

diesel, mas que recentemente esteve envolvido em ações violentas ligadas ao narcotráfico. O Peru também tem aumentado significativamente seus investimentos em "segurança", com um investimento recorde de 3,5 bi de US\$ para a compra de caças suecos, franceses e norte-americanos, advindos de fundos próprios e investimentos estadunidenses.

Essa tendência assume contornos dramáticos para os trabalhadores dos países da região, que se veem envoltos pelo aumento das tensões entre alguns de seus governantes e o imperialismo, que ameaça intervir diretamente nos países com governos não-alinhados, como no caso específico da Venezuela, que já teve modestas embarcações explodidas pelas forças armadas yankees em sua costa sob o pretexto do combate ao "narcoterrorismo" e que tem o maior porta-aviões do mundo, o USS Gerald Ford se aproximando de sua costa, talvez um prelúdio do que o secretário de Defesa norte-americano, Peter Hegseth, denominou de operação Lança do Sul, uma iniciativa militar que, segundo Hegseth, visa proteger o mundo do "terror das drogas e do narcoterrorismo", acabando com os narcotraficantes da região. Coincidentemente ou não, a Venezuela tem as maiores reservas de petróleo do mundo e também tem como seu principal parceiro econômico disparado o Estado chinês,

principalmente em relação ao petróleo, praticamente o único produto de exportação do país sul-americano e faz parte da iniciativa “Cinturão e Rota”, a Nova Rota da Seda, empreendida pelo governo chinês.

No Brasil, essa crise tem se expressado significativamente, com a inicial imposição por parte do governo de Trump de uma taxa-ção de 40% aos produtos de origem brasileira, situação aparentemente encaminhada com a colocação de mais de 200 produtos na lista de exceções, estimulado pelo aumento vertiginoso da inflação dos alimentos no EUA, principalmente frutas, carne bovina e café. Já de forma mais indireta, avizinha-se um aumento de tensões com o Paraguai, que rivaliza com o Brasil como candidato a ser sede de data centers das *big techs*, aproveitando-se do seu alto excedente energético, o que pode causar o aumento das tarifas de energia no Brasil. O país platino é um dos 12 Estados que reconhecem o governo de Taiwan como legítimo e tem em seu presidente, Santiago Peña, um aliado de Donald Trump, não à toa os investimentos em educação e tecnologia para o desenvolvimento desse projeto paraguaio viriam direto do território insular reivindicada pela China. Mesmo com as atenções do imperialismo norte-americano voltadas para a região que historicamente foi considerada seu quintal, desde o século XIX, seus tentáculos ainda atuam em diversas frentes pelo mundo, direta ou indiretamente com seus títeres e enclaves. Em Gaza o cessar-fogo permite agora o avanço do projeto de tutela do território e seu riquíssimo subsolo capitaneado pelo Estado norte-americano, que mantém seu cão de guarda, o enclave sionista de Israel, em controle sob frágil rédea, visto que a todo momento novos bombardeios, massacres e assassinatos de palestinos são denunciados. Recordemos que Netanyahu já apresentou plano de criação de um corredor econômico concorrente à iniciativa chinesa do “Cinturão e Rota”, cujo trajeto passa necessariamente por uma Gaza devidamente devastada e esvaziada. Na África, os governos

que avançam na tentativa de conquistar certa autonomia frente ao imperialismo rapidamente estreitam relações com China e Rússia, enquanto outros territórios explodem e implodem em guerras civis fratricidas, disputas por território com e entre grupos extremistas.

As direções políticas e sindicais, reformistas e adaptadas a democracia burguesa a tal ponto que não conseguem propor nenhuma saída que não passe pelas instituições burguesas, se entregam ao discurso de enaltecimento a China como o Estado que irá se contrapor ao imperialismo e aos seus fantoches nas semicolônias, o principal aliado na luta contra o que chamam de “extrema-direita”. Esvaziam o debate político de conteúdo classista, de forma histriônica abraçam a narrativa de uma nova Guerra Fria, considerando que essa “rivalidade” entre EUA e China seja predominantemente ideológica, quando de fato é uma disputa econômica e tecnológica, uma competição pelo controle das indústrias críticas e matérias-primas que serão proeminentes nos próximos períodos: terras raras, semicondutores, microchips e inteligência artificial. Não é uma nova guerra fria onde temos um Estado operário, mesmo que degenerado, em disputa ideológica e por influência no mundo, o que está posto é de que forma o ex-Estado operário chinês será assimilado e a necessidade do imperialismo de discipliná-lo nesse processo.

O centrismo tampouco fornece uma saída classista, igualam os ex-Estado operários ao imperialismo, como se já tivessem completado sua assimilação e como se houvessem hoje as condições de cem ou duzentos anos atrás para a constituição e consolidação de impérios coloniais e econômicos. E mesmo igualando os dois lados, não avançam um palmo sequer em direção da luta de classes, restringindo-se às exigências ao Estado burguês, atuando de forma superestrutural, criando frentes eleitorais, frentes de “oposição de esquerda” quando muito, mas políticas que se esvaziam ao se descolar dos trabalhadores, não construindo nos sindicatos as greves,

paralisações e ocupações que interferem diretamente no coração do sistema capitalista, a produção, e que atuam para o amadurecimento e construção da consciência revolucionária da classe trabalhadora.

Nosso posicionamento será sempre contra a intervenção imperialista, econômica ou militar, em uma semicolônia, mas não devemos ser iludidos por qualquer governo progressista de turno, que no frígido dos ovos, somente almeja se submeter ao imperialismo em condições menos favoráveis que aqueles diretamente conservadores ou reacionários fariam, sendo ambas expressões de um *bonapartismo sui generis*, em franca decomposição. *Nenhuma confiança em Milei, Bukele, Noboa, Bolsonaro ou Ortega, fantoches do imperialismo da pior espécie, mas também nenhuma confiança em Lula, Sheinbaum, Petro, Maduro, ou Boric, que enquanto acenam e dão migalhas com a mão esquerda para os trabalhadores, com a direita afagam os senhores antigos e novos, contra a barbárie interestatal e belicista que avança e se aprofunda, a saída é a luta de classes independente. Nossa tarefa imediata é travar uma batalha pela recuperação dos sindicatos, construindo em nossas estruturas uma política classista e retomando nossos métodos históricos de luta que atingem o coração do capital: greves, ocupações, piquetes e boicotes.*

É preciso forjar instrumentos de autodefesa perante a violência estatal e militar, e lutar para que os conflitos bélicos como na Ucrânia, Palestina, Sudão e Congo se transformem em guerras civis revolucionárias contra as burguesias locais e o imperialismo.

Para coordenar e dirigir essa luta, é urgente colocar na ordem do dia a construção do partido revolucionário, como tarefa central para a reconstrução da IV Internacional e ressaltamos o chamado da TRQI às organizações trotskistas que ainda reivindicam a ditadura do proletariado a realizar uma conferência internacional para debater essa conjuntura e a política para os trabalhadores.



O "PLANO DE PAZ" IMPERIALISTA:

A RECONSTRUÇÃO MONOPOLISTA DE GAZA E A PARTILHA DO BUTIM GENOCIDA

[ORIENTE MÉDIO]

Os países imperialistas e seus títeres, assim como a Rússia e a China (que se abstiveram), votaram, endossaram e ratificaram na decadente instituição burguesa da ONU o 'Plano de Paz' – na verdade, um *Plano Econômico das Associações Monopolistas*. Com isso, repartiram os espólios do genocídio em Gaza entre um consórcio de multinacionais, no âmbito do Conselho de Segurança do capital.

Aprovado pela 'Comissão da Paz' – sob a bênção dos países-membros subordinados ao imperialismo –, o plano de *reconstrução* da Faixa de Gaza foi acordado para atender às associações internacionais de capitalistas. Estas indicaram como administrador interino o ex-primeiro-ministro britânico Tony Blair (Partido Trabalhista), cuja tarefa principal será gerir a política de dominação imperialista na região.

Paralelamente, cria-se uma *Força Internacional de Estabilização* durante a instável ruptura do regime capitalista, sob supervisão das burguesias egípcia e israelense –

braço do imperialismo local –, que mantém incursões armadas permanentes em Gaza e em outros países do Oriente Médio. Assim, reparte-se a pilhagem territorial: suas riquezas naturais e sua força de trabalho miserável, de acordo com o poder econômico e político de cada Estado.

O 'cessar-fogo' proposto pelo imperialismo estadunidense – em acentuada decadência e em disputa com os imperialistas europeus – expressa as ações reacionárias da burguesia na busca por uma saída para a crise econômica mundial. Esta, procura desesperadamente novos mercados para escoar suas mercadorias e seu capital parasitário, ampliando a exploração sobre as antigas semicolônias e destruindo continuamente as forças produtivas.

Portanto, o desenvolvimento do plano econômico monopolista para a 'reconstrução' de Gaza e a geração de postos de trabalho inserem-se na lógica de uma nova relação capital-trabalho, que expõe as formações econômicas e sociais da estreita ligação entre as raízes econômicas, políticas e sociais dos monopólios internacionais.

Não há particularidade nesse movimento destrutivo de pilhagem – ele não deriva da natureza pessoal de suas lideranças, mas do grau de concentração de capital que obriga os monopólios imperialistas a seguir essa trajetória no período de decomposição do regime capitalista.

Enquanto os cartéis internacionais dividem o território econômico, não podemos reduzir a compreensão desta luta de classes – e das lutas interestatais – à forma que assume, classificando acordos transnacionais como pacíficos ou não. Afinal, não há desenvolvimento capitalista inerentemente pacifista. O que existe é o fogo incessante, o depauperamento e o definhamento da população, sustentados pela democracia burguesa – que serve, sobretudo, para legitimar a dominação política e econômica da burguesia. O capital financeiro subjuga países e os dobra sob pressão econômica, forçando condições políticas negociadas por seus agentes. Essa é a essência do armistício.

Embora o proletariado tenha empenhado solidariedade de classe e enfrentado a burguesia com os métodos e programa próprios, a

pequena-burguesia e as direções burocráticas sindicais restringiram a luta a protestos inofensivos, que pouco ou nada alteraram o rumo do genocídio palestino.

Enquanto a construção civil estadunidense abocanha o butim e avança com planos de moradias de luxo no leste, dois milhões e trezentos mil palestinos são comprimidos, confinados e esmagados como refugiados em seu próprio território, sob ataques ininterruptos do exército israelense. Este demarcou a 'linha amarela' com blocos de concreto e assassina quem a ultrapassa.

Os números revelam a carnificina: o exército israelense já destruiu 81% das estruturas de Gaza e controla 53% do território; a inflação supera 200%; o desemprego atinge 80%; cambistas cobram comissões exorbitantes; 95% da água é imprópria para consumo; 62% não têm acesso regular a alimentos. A maioria da população é jovem e sem condições materiais; dois milhões foram lançados ao desterro, em condições insalubres, de miséria crônica, fome, subnutrição, epidemias e mutilações. São condições objetivas e subjetivas degradantes, sem precedentes no que pode se configurar como um dos genocídios mais brutais e documentados da história contemporânea.

Ainda assim, os ataques continuam a destruir infraestrutura e habitações, assassinando palestinos que vivem sob escombros, demolições e deslocamento constante. Contudo, a resistência desesperada e aguerrida da população permanece ativa, com corpos assolados pela violência genocida mantendo-se sob cerco e violência do braço armado do imperialismo.

As resoluções articuladas nos organismos internacionais burgueses reafirmam os interesses do imperialismo na aniquilação ininterrupta da população palestina, visando sua transformação em *tabula rasa*. O capital financeiro será o fiador econômico dos investidores, apoiado pelos organismos financeiros internacionais, para edificar e consolidar os empreendimentos dos monopólios através

de um Fundo Multinacional. O fomento das disputas interburguesas exacerba a luta encarniçada por fontes de matérias-primas, cuja consequência direta são as disputas interestatais pelo controle e subordinação das semicolônias. Na fase de decomposição, o capital não absorve nações por suas forças produtivas, mas sim pela aniquilação ampliada das forças econômicas e sociais mundiais.

Diante dessa carnificina, reformismo e centrismo persistem em apelar aos gestores burgueses, inclinando-se a suas instituições. Campanhas internacionais, cada vez mais esvaziadas de conteúdo classista, orbitam os anseios da pequena burguesia e seus atalhos: pressão parlamentar, marchas, abaixo-assinados, plebiscitos e negociações de balcão. Prostram-se como clientes para negociar migalhas com rompantes de eloquência e megalomania. Nessa postura de defesa da democracia burguesa, acabam por salvar – voluntária ou involuntariamente – a propriedade privada dos meios de produção. Assim, confundem resistência com persistência, enrolados em métodos de capitulação ao Estado burguês. É preciso destravar as engrenagens que podem mudar os rumos da história, irrompendo com os métodos historicamente experimentados pela classe trabalhadora, concentrando energias na luta pelo controle do cerne do regime: a produção: greves com ocupação dos locais de trabalho e controle produtivo operário.

O método burguês de desqualificar a guerra civil revolucionária, afirmando a democracia burguesa como regime salutar, busca lançar uma cortina de fumaça sobre a ditadura revolucionária do proletariado. A guerra civil, forma mais aguda da luta de classes, demonstra que a força do proletariado revolucionário – pela influência nas massas e integração à luta – é incomparavelmente maior que atuar no campo minado da burguesia parlamentar. **A burguesia imperialista é totalmente reacionária e parasitária; não pode oferecer pacifismo nem deixar de destruir as forças produtivas na fase**

de decomposição do regime.

O imperialismo, ao acelerar o desenvolvimento capitalista nas semicolônias, cria uma vanguarda operária em seus parques industriais avançados. Contudo, esse processo de acumulação alastra a barbárie social por todos os poros econômicos e sociais, ampliando a luta contra a opressão nacional. A tarefa da vanguarda é dilacerar as correntes do nacionalismo e fortalecer os laços de classe no internacionalismo proletário, com independência de classe.

Toda sociedade de classes, por sua natureza, exacerba a iniquidade social. Para manter-se dominante, a burguesia arma seu exército, milícia, polícia e asseclas, que, material e ideologicamente armados, cumprem fielmente a repressão sobre a classe trabalhadora.

Além disso, o armamento burguês contra o proletariado é condição elementar do regime capitalista, como demonstram as incursões constantes do aparato estatal para aniquilar a classe trabalhadora e sua juventude. Exemplos evidenciam-se nos violentos ataques durante greves, protestos, manifestações e lutas políticas em geral. Nenhum Estado burguês pode garantir segurança, paz, liberdade ou justiça. Os sonhos delirantes da pequena burguesia sobre a imparcialidade desse Estado rapidamente se dissolvem no suor e no sangue dos trabalhadores.

Isto posto, é premente transformar as guerras reacionárias em guerras civis revolucionárias contra as burguesias nacionais e o jugo do capital, pela democracia operária e instauração da ditadura revolucionária do proletariado.

Coloca-se então na ordem do dia a reconstrução da IV Internacional e a luta contundente e implacável contra o capital, pelo internacionalismo proletário, pela Federação dos Estados Socialistas Soviéticos do Oriente Médio e Magreb.



REVOLUÇÃO OU BARBÁRIE: A SAÍDA PARA A ÁFRICA DEVE SER CLASSISTA E REVOLUCIONÁRIA

[ÁFRICA]

o continente africano é hoje um dos epicentros da barbárie capitalista. Em seu solo, a crise geral do capital — que na atual conjuntura, tem como principal vetor o acirramento da disputa entre EUA e China — assume uma forma particularmente aguda. Por todos os cantos do continente irrompem crises que se sobrepõem e escalam desenfreadamente: a destruição das forças produtivas, o colapso dos meios de abastecimento, o genocídio e o deslocamento forçado de povos inteiros são a expressão mais crua da decomposição do sistema.

Dois conflitos de proporções catastróficas já se desenrolam no continente: no Congo e no Sudão. Em um cenário de genocídio que se estende a mais de duas décadas, o rico subsolo congolês se torna também a maldição de seu povo com a intervenção direta e indireta do governo de Ruanda, que patrocina a milícia M23 em suas incursões pelo leste do território congolês, gerando mais de 6 milhões de mortos pelos conflitos diretos e mais outros milhões pelas consequências geradas pelas

incursões. São 7 milhões de deslocados internos, amontoados nas periferias das cidades ou em campos de refugiados extremamente precários, sem contar os refugiados em países vizinhos, ou mesmo em outros continentes. O governo de Ruanda conta com o silenciamento e anuência diretamente do imperialismo, beneficiado pelas divisas geradas com o contrabando de minérios congolêses para Ruanda, “lavados” por instituições financeiras europeias e amplamente utilizado nas indústrias de tecnologia avançada de empresas como Apple, Sony, Tesla, Volkswagen e Samsung. Mesmo a China se beneficia com o conflito, sendo o maior comprador dos minerais brutos contrabandeados para Ruanda e Uganda, tornando-se cúmplice estrutural da pilhagem e, portanto, corresponsável pela manutenção do conflito

No Sudão, o avanço das Forças de Apoio Rápidas (FSR) apoiadas principalmente pelos Emirados Árabes Unidos (EAU) sobre o território oriental do país, coloca em pauta uma nova possibilidade de secessão após a criação do Sudão do Sul, visto que nenhum dos

lados está disposto a ceder sua fatia de poder no rico território sudanês, principalmente em ouro e Petróleo. A guerra entre as forças armadas sudanesas e a milícia do ex-ditador que ajudou na deposição de seu próprio senhor, tem um caráter de *proxy*, um palco de disputa de vários atores internacionais pelo controle de rotas comerciais, fontes de matéria-prima e acesso ao mar Vermelho. Os EAU querem acesso direto às minas de ouro e ao corredor econômico que liga Chade e República Centro-Africana ao Mar Vermelho. Já houve disputa de drones russos e ucranianos em território sudanês, assim como há o interesse direto do Egito em controlar as águas do Nilo e de manter certa estabilidade na região, por isso seu apoio às forças armadas sudanesas. O número de deslocados pela guerra chega a 12 milhões, e já ultrapassa o do conflito no Congo, sendo que os analistas burgueses já caracterizam como “catástrofe humanitária” impulsioneados pelos massacres de população não árabes em cidades, vilas e mesmo maternidades, pelo cenário de terra arrasada e com a fome e miséria alastradas em seu

nível mais alarmante.

Nenhuma saída classista foi apontada para esses conflitos: nem greves nas fábricas de alta tecnologia que lançam mão desses minérios contrabandeados e banhados a sangue, nem bloqueio de portos, muito menos ocupações. Somente com a disseminação das notícias, com vídeos e imagens dos massacres, campos de refugiados precários, minas desabando e milhares convalescendo de fome, inicia-se timidamente um movimento de tentar negociar uma saída para esses conflitos, tanto com a negociação entre Ruanda e Congo, como entre as forças armadas sudanesas e as forças rápidas, porém sempre superestruturalmente, sem de fato mexer com o motor dos conflitos que é a produção dessas mercadorias de alta tecnologia e a maximização do lucro dessas empresas, todas ligadas ao imperialismo e a China.

Em diversas regiões do continente, golpes militares e processos eleitorais conturbados suscitam levantes que rapidamente tomam grandes proporções. Este fenômeno não é isolado: a mídia burguesa, diante de protestos massivos da juventude, da Indonésia ao México, tenta encapsulá-los na narrativa superficial e despolitizada de uma “Geração Z em revolta”. Agora, com os eventos dentro do continente africano, a tendência é que essa mesma caracterização simplista seja aplicada aqui. Essa narrativa, porém, ignora o essencial: apesar de terem em comum a energia da juventude, cada Estado africano possui características únicas em suas forças produtivas, relações dos governos de turno com o imperialismo e níveis de

organização da classe trabalhadora.

Na Tanzânia, os protestos contra a reeleição da presidenta Samia Hassan deixam um rastro de 700 mortos em uma convulsão popular estimulada pela prisão e/ou impedimento de todos os candidatos opositores de Samia. No Marrocos aconteceram violentos protestos por todo o país, em um momento que se aumenta os gastos públicos devido à Copa do Mundo de 2030, enquanto há cortes na saúde e educação. No Camarões o cenário é parecido, também com registros de mortos no país, o presidente Paul Biya tem 92 anos, 43 desses no poder, sempre com relações estreitas com o imperialismo, em especial o francês. Assim como sua colega tanzaniana, impediu ou prendeu seus principais concorrentes à reeleição.

Em Madagascar a população vai às ruas exigindo o fim dos privilégios do presidente Rajoelina, e prontamente é atendida pelas forças armadas que assumem o poder em um golpe de Estado, em um cenário oportunista. Golpe de Estado que também toma forma na Guiné-Bissau, com o presidente do pequeno país lusófono sendo deposto naquilo que a oposição denomina “autogolpe”, já que o grupo político representado pelo presidente Umaro Embaló, estaria em vistas de perder seu poder político pelo processo eleitoral recém acontecido.

Longe de ser uma mera “tomada de consciência da Geração Z”, o que está posto é a crise sem precedentes do capital e do imperialismo, agora tendo de disputar e disciplinar os ex-Estados Operá-

rios em processo de assimilação, especialmente a China. As guerras genocidas no Congo e no Sudão, ou as disputas territoriais pelos grupos jihadistas no interior de vários territórios, são sintomas dessa crise que se expressa diretamente também nas condições objetivas de uma classe trabalhadora já historicamente vilipendiada pelas potências imperialistas. Os protestos e levantes são espontâneos e são de fato pela sobrevivência diante das crises de abastecimento, precarização dos trabalhos e aumento do belicismo a níveis catastróficos em suas fronteiras.

A ausência de uma direção revolucionária empurra toda essa juventude com disposição de luta para o apelo às instituições desses Estados burgueses tomados por oligarquias fantoches do imperialismo que, para manter seus privilégios e condições diante do imperialismo decadente, não hesitará em massacrar sua própria população, como visto em todos os casos.

Não há o que esperar das instituições imperialistas do pós-guerra, ou mesmo das próprias potências imperialistas que mais do que nunca se beneficiam desse estado barbárie. Não há espaço para exigências aos Estados burgueses ou a qualquer organização internacional que o valha, a organização que de fato cabe aqui deve ser classista e internacionalista, envolve a ocupação de fábricas e portos, e principalmente a construção de um partido revolucionário que dê conta da tarefa de unificar os trabalhadores do mundo e principalmente do continente africano, contra a barbárie que ameaça sua existência.





ECONOMIA DESACELERA, FRENTE AMPLA AVANÇA COM A REFORMA ADMINISTRATIVA.

É PRECISO RESPONDER COM A GREVE GERAL!

[BRASIL]

O penúltimo ano de mandato da Frente Ampla burguesa Lula/Alckmin chega ao fim mergulhado em uma conjuntura de escancarada disputa interburguesa, que se expressa no pano de fundo das eleições gerais de 2026. Internamente, acirrando-se pela crise político-institucional, pela politização da violência urbana e as ações de segurança pública, pelas políticas de austeridade fiscal, pelo aprofundamento da concentração de renda, pelo alto endividamento dos trabalhadores e, externamente, pela crescente pressão imperialista dos EUA.

Essa situação configura um cenário que antepara a consolidação da candidatura de Lula para um quarto mandato e uma fragmentação política na oposição, deflagrando uma disputa intestina sobre quem será seu concorrente. Inelegível e na prisão, Bolsonaro ainda dita as cartas no campo reacionário, indicando o nº 2, Flávio

Bolsonaro, como candidato do PL, e aprofundando a insatisfação dentro do centrão que aguardava o apoio à indicação do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), que nas pesquisas de opinião é o nome que mais apresenta musculatura na disputa com Lula. Não há a certeza se Flávio seguirá até o fim, o fato é que o clã não desiste de ditar as cartas e seguir rivalizando com o PT.

Ante uma economia estagnada, os indicadores macroeconômicos, apesar de positivos, revelam desaceleração da atividade produtiva em associação com endividamento crescente dos trabalhadores. A dinâmica da luta de classes, controlada por direções burocratizadas alinhadas ao governo, expressam a crise dos Bonapartismos sui generis, exposta na débil governabilidade da Frente Ampla burguesa Lula/Alckmin, que busca unicamente atender às demandas da burguesia nacional e alinhar-se

ao imperialismo, sem se distanciar economicamente da China.

Desde setembro, na 80ª Assembleia Geral da ONU, Lula tem se aproximado do governo Trump, apesar das bravatas anti-imperialistas e de defesa da soberania, para criticar a política econômica e a política protecionista dos EUA, particularmente o tarifação aos produtos brasileiros. Na Assembleia, apresentou uma retórica com ênfase na ideia de que "a democracia e a soberania brasileira são inegociáveis", defendeu uma reconfiguração do sistema internacional multilateral, insistindo na reforma da OMC em "bases modernas e flexíveis" e na criação de mecanismos ditos robustos de monitoramento dos compromissos climáticos globais. O discurso foi acompanhado das velhas críticas aos vetos norte-americanos no Conselho de Segurança e à ausência de reformas nesta instância.

Porém, o que deve estar claro é

que esse discurso opera dentro de limites estruturais do sistema de Estados: o Brasil, como semicolônia, continua sendo uma economia dependente da exportação de commodities e sobre a defesa da soberania subsiste com uma política econômica doméstica que aplica a cartilha que protege os interesses do capital monopolista e da burguesia nacional. A crítica ao imperialismo não passa de discurso para sua base eleitoral.

Desde a Assembleia Geral da ONU, de toda forma, destravaram-se as negociações entre os governos do Brasil e dos EUA, que deixaram a Frente Ampla otimista em relação a acordos comerciais e à revogação de sanções. Fato é que o governo tenta capitalizar ao máximo a reversão parcial do "tarifaço" imposto por Donald Trump, o que repercutiu como uma vitória diplomática significativa. Através de conversas diretas entre os líderes, os EUA concordaram em suspender a sobretaxa de 40% sobre mais de 200 produtos brasileiros, como carnes, café e frutas. Contudo, as negociações prosseguem para revogar as tarifas de 50% sobre o aço e o alumínio, que ainda estão em vigor. Como já era esperado acordos seguem sendo estabelecidos e a revogação de sanções da Lei Magnitsky contra autoridades brasileiras ocorreu durante a escrita dessa matéria. Com a possibilidade de uma visita de Estado de Lula aos EUA em 2026, o fato é que os EUA avançam para concretizar o controle da exploração sobre as terras raras no Brasil. Tudo em nome da soberania nacional.

Em meio a esse cenário, Trump consolida a doutrina Monroe 2.0 na América Latina, apesar da crise interna que se expressa frente à decomposição do imperialismo. Nesse sentido, com o pretexto de

ações de combate ao Narcotráfico, avança com ações militares, visando uma resposta à presença chinesa na região. Essa política tem aberto processos nos países políticos diversos. No Brasil, é o pano de fundo da recente disputa no congresso nacional exposta na polarização entre governo e oposição pelo controle das políticas de combate às facções do crime organizado e violência urbana, que explodiu desde a Operação Contenção no Rio de Janeiro.

A disputa no Congresso Nacional se dá em torno dos projetos de lei, sobretudo, o PL Antifacção. O principal impasse reside na definição do que constitui uma organização criminosa e no grau de severidade das penas. Enquanto há um consenso reacionário sobre a necessidade de endurecer o combate às facções, o governo federal, por meio de sua base e do Ministério da Justiça, busca um texto que equilibre a eficácia jurídica com a manutenção dos direitos e garantias constitucionais. Em contrapartida, a oposição, encabeçada pelas alas bolsonarista do Centro, pressiona por um pacote mais rigoroso, que inclui a tipificação de facções como grupos terroristas, alinhada à política trumpista, e o aumento do encarceramento, visando uma resposta mais dura à crescente criminalidade no país.

A revelia dessa situação, o cotidiano da favela se torna, de modo sistemático, uma zona de guerra permanente. Trata-se da materialização violenta de uma política de Estado semicolonial enraizada na superexploração de classe e no racismo estrutural, legitimada pela máxima reacionária, amplamente difundida pela ideologia burguesa de combate ao crime "bandido bom é bandido morto" e instrumentalizada como ferramenta de

disputa política na conjuntura pré-eleições gerais.

A violência do Estado no Brasil avança em meio a um aprofundamento da crise social, marcada pelos impactos diretos de políticas de corrosão de direitos, dos serviços sociais básicos e pelo aumento da exploração via precarização do trabalho na relação com o capital que avança via reformas, privatizações e políticas de austeridade fiscal. A flexibilização das relações de trabalho culmina na precarização das condições objetivas do proletariado, sobretudo, dos moradores em favelas e das periferias de conjunto.

Essa situação supera a esfera jurídica e se transforma em uma queda de braço política, o embate em torno a aprovação do PL Antifacção na Câmara em novembro, demonstra que seguirão as disputas entre as frações da burguesia ancoradas nas bancadas do congresso e a pauta da violência será central nas eleições que se avizinham. A tramitação de medidas em paralelo, como a PEC das Drogas, intensifica a pressão por respostas rápidas com o avanço do tráfico por diversas rotas, sobretudo na região amazônica. Não à toa a operação contenção se deu uma semana antes do início da COP 30.

Realizada em Belém, a COP foi encerrada com a aprovação do chamado Pacote de Belém, um conjunto de decisões que abrange temas como transição justa, financiamento climático, comércio e tecnologia, a despeito da importante mobilização do movimento indígena. Entre os principais pontos, destacam-se o compromisso de triplicar o financiamento para adaptação até 2035, a criação de indicadores para monitorar a Meta Global de Adaptação e o Fundo Florestas Tropicais para Sempre,

que já mobilizou cerca de US\$ 6,7 bilhões com o endosso de 63 países para pagamentos de conservação florestal.

Todavia, não houve consenso sobre o “Mapa do Caminho” para a eliminação progressiva dos combustíveis fósseis pensado pela Frente Ampla, uma das prioridades do governo brasileiro e de países vinculados à pauta ambiental, o que explicitou a dificuldade de enfrentar os interesses dos grandes produtores de combustíveis

mia.

Nesse contexto, a Amazônia tende a ser convertida em nova fronteira de valorização do capital e de extrativismo da natureza e de dados, com riscos de aprofundamento da mercantilização dos territórios indígenas e das comunidades tradicionais e de controle público rigoroso sobre investimentos. Trata-se de um arranjo do dito “capitalismo verde” em que a proteção ambiental é subordinada à lógica de rentabilidade financeira,

tica monetária contracionista e crescente peso da dívida pública. O PIB cresceu 0,1% no 3º trimestre de 2025 em relação ao trimestre anterior, mantendo 17 trimestres consecutivos de expansão, mas com clara perda de fôlego frente aos trimestres anteriores. Na comparação com o mesmo período de 2024, o PIB avançou cerca de 1,8%, com projeções de crescimento anual entre 2,2% e 2,5%. A desaceleração decorre, entre outros fatores, da perda de



fósseis.

A ausência de um acordo para a redução dos combustíveis fósseis demonstra os limites estruturais da agenda climática sob o capitalismo, que preserva os mecanismos centrais de acumulação ao mesmo tempo em que reorganiza frações do capital em torno de créditos de carbono, grandes fundos climáticos e planos de bioecono-

por meio da dita securitização de serviços para ecossistemas e da criação de novos ativos ambientais negociáveis. Apesar de toda política em torno de uma suposta modernização econômica, o fato é que o país patina nos limites dos índices macroeconômicos.

Os indicadores apontam para desaceleração da atividade econômica em 2025, combinada com polí-

ritmo do consumo das famílias e o impacto da desindustrialização.

A Taxa Selic se mantém em 15% ao ano, após sucessivas elevações, com expectativa de estabilidade nesse nível até o fim de 2025 e início de 2026, e apenas um ciclo gradual de redução a partir desse período. Na prática, a política monetária opera com um escancarado mecanismo de transferência de renda para detentores

de títulos públicos e grandes instituições do mercado financeiro. Trata-se de um regime em que o Estado assegura retornos elevados ao capital.

A inflação medida pelo IPCA é projetada em torno de 4,4% a 4,7% em 2025, ligeiramente acima da meta, com maior pressão em alimentos, transportes e energia residencial. Os preços de alimentos, apesar da redução nos últimos meses, acumulam alta ao índice anualizado, o que reforça o caráter regressivo da inflação, dado que as famílias de baixa renda destinam parcela mais elevada da renda à alimentação. Em um contexto de crédito caro, arrocho salarial e alta inadimplência, se explica a permanente crise social que vive o país.

O mercado de trabalho a taxa de desemprego atinge mínimos da série histórica recente, com crescimento do número de ocupados e aumento do contingente de trabalhadores com carteira assinada, mas a informalidade permanece elevada e as novas vagas concentram-se em setores de menor produtividade e baixos salários. Em paralelo, a dívida das famílias com o sistema financeiro cresce em ritmo superior ao da renda, e a queda da massa de salários reais líquidos de juros indica que grande parte do ganho de emprego é apropriada pelo capital financeiro. Forma-se, assim, um quadro de “emprego de baixa qualidade”, no qual a melhora estatística em ocupação não se traduz em aumento proporcional do bem-estar material da classe trabalhadora.

A dívida bruta do governo aproxima-se de 80% do PIB, com projeções que indicam avanço para patamar superior a 80% em 2026, enquanto a dívida ampliada, que inclui a carteira do Banco Central, se aproxima de 90% do PIB. Esse

nível de endividamento eleva a proporção do orçamento destinada ao pagamento de juros, restringindo o espaço para políticas sociais, caras à Frente Ampla burguesa. O arcabouço fiscal em vigor, ao impor limites rígidos ao crescimento real das despesas primárias e priorizar o resultado primário, funciona como mecanismo institucional de preservação dos interesses dos credores da dívida pública, consolidando a centralidade da fração rentista na definição da política econômica.

A resposta da Frente Ampla burguesa Lula/Alckmin é avançar com a Reforma Administrativa, com o discurso falacioso de “modernizar” os serviços públicos, tornando-os mais eficientes, e as carreiras do funcionalismo. Concentram-se, sobretudo, na contenção de gastos com pessoal e na redefinição de regras de carreira, reforçando a narrativa de que o setor público brasileiro seria simultaneamente inchado e pouco eficiente.

O país emprega, proporcionalmente, menos trabalhadores no setor público do que a média da OCDE, mas gasta parcela maior do PIB com pessoal, o que a mídia burguesa tem utilizado para justificar e defender alterações como criação de sistemas de avaliação de desempenho, limitação de super-salários e revisão de adicionais. Ainda que a estabilidade não seja formalmente eliminada, a combinação de avaliações mais rígidas, expansão de contratos temporários e terceirização de funções aprofundam a precarização do trabalho público e favorecem a privatização de serviços.

A Reforma administrativa é um ataque brutal aos direitos e conquistas históricos dos trabalhadores, sobretudo, do funcionalismo público e a concretização da superexploração no acirramento de

uma nova ordem entre capital e trabalho diante do aprofundamento da crise do capitalismo.

No momento dessa escrita, ocorriam as votações mais recentes na Câmara dos Deputados: a aprovação do PL da Dosimetria, a blindagem do mandato de Carla Zambelli (PL), presa na Itália, e a punição de Glauber Braga (PSOL), por quebra de decoro, por meio de suspensão de seis meses, em vez de cassação. No primeiro caso, a maioria de 291 votos a 148 redesenhou a dosimetria de crimes como golpe de Estado e abolição violenta do Estado Democrático, reduzindo as penas de Jair Bolsonaro e de seus principais aliados militares e civis no 8 de janeiro, bem como de centenas de executores de base, ao limitar a soma de penas e flexibilizar critérios de progressão e remissão. Votação que seria considerada inconstitucional pelo STF e anulada um dia depois. No segundo, a rejeição da cassação de Zambelli – apesar do apoio unânime da esquerda e de parte do centro – mostrou mais uma vez o peso do centrão, enquanto a solução imposta a Glauber revela o nível de decomposição da democracia burguesa, seu regime e instituições.

O que está claro, todavia, é que a conjuntura brasileira está marcada por um acordão nas esferas de poder, em que Congresso, Executivo e STF operam ajustes mútuos para administrar, sem ruptura, os efeitos combinados do tarifaço de Trump, da crise institucional aberta pelo 8 de janeiro e da explosão de escândalos financeiros como o caso Banco Master, que conduziu o banqueiro, Daniel Vorcaro, para a cadeia. De um lado, o governo Lula busca preservar governabilidade sob um marco fiscal restrito, aceitando concessões em pautas para blindagem parlamentar e

mantendo interlocução pragmática com o centrão; de outro, esse mesmo centrão, reorganizado sob a presidência de Hugo Motta (Republicanos) na Câmara e Davi Alcolumbre (União Brasil) no Senado, usa sua posição para arbitrar entre governo a regulação e proteção recíproca, cobrando caro em emendas. Nesse cenário, a direita bolsonarista, derrotada eleitoralmente e judicialmente, encontra no Legislativo e em segmentos do Judiciário canais para atenuar as consequências da tentativa de ruptura, sem abandonar o projeto de recomposição futura.

Esse movimento se articula diretamente com a dinâmica da PEC da Blindagem, das iniciativas para restringir impeachment de ministros do STF e da forma como o caso Banco Master foi absorvido pela Corte. A PEC da Blindagem, aprovada na Câmara com votos decisivos da base governista e depois barrada no Senado, e as decisões que concentram no STF a palavra final sobre pedidos de impeachment de seus próprios ministros indicam um processo de autoproteção das cúpulas políticas e judiciais, que retiram da sociedade e das instâncias inferiores instrumentos de responsabilização efetiva. No caso Master, a combinação de indícios de fraudes bilionárias com contratos milionários envolvendo o entorno de ministros e a decisão de levar o inquérito ao sigilo no STF escancara a percepção de que também o Judiciário participa de um pacto de blindagem.

O conjunto desses movimentos revela um regime apodrecido: o regime que permanece brutal para a população explorada e flexível para as frações do capital, dos aparatos de Estado em todos seus espectros políticos. Desmascaram as normas vigentes da democra-

cia burguesa, tão alardeada pelo reformismo e pelo centrismo. A única resposta possível aos limites da democracia burguesa, enquanto forma de dominação virá pelas mãos dos trabalhadores sob a forma da Ditadura do proletariado.

A revelia dessa situação, os trabalhadores vão à luta. Estão marcadas para meados dezembro a eclosão de duas greves nacionais importantes: a dos Petroleiros e a dos Correios. A greve dos petroleiros, por tempo indeterminado e deflagrada pela FUP e FNP, rejeitou a proposta da Petrobras para o ACT 2025-2026, cobrando reposição salarial e manutenção de direitos. Paralelamente, sindicatos dos Correios, como o Sintect-SP, decidiram cruzar os braços após considerarem frustrantes as negociações no TST (Tribunal Superior do Trabalho), que não incluíram a reposição integral da inflação, gerando um cenário de potencial impacto na logística e distribuição de combustíveis e serviços postais em todo o país.

Frente à conjuntura de crise política e estagnação econômica, as direções políticas e sindicais dos trabalhadores, agem como anteparo para a política catastrófica da Frente Ampla burguesa Lula/Alckmin. A Reforma Administrativa avança no Congresso, estando posta nos estados e municípios, e nada é feito para derrotá-la. Está mais do que claro que todo e qualquer movimento é orquestrado visando a blindagem do governo e a disputa eleitoral do próximo ano. A Frente Ampla burguesa defende os interesses da burguesia e busca se demonstrar como correia de transmissão incontestada das políticas imperialistas.

Em última instância, é necessário a imposição do corte de classe na análise da conjuntura. Os governos de plantão trabalham única e

exclusivamente para construir saídas aos seus negócios e interesses, em sua maioria dirigidas pelo capital de monopólios internacionais, o que objetivamente revela o grande engodo que se levanta junto aos índices econômicos e de redução da pobreza alardeados no campo reformista.

A tarefa apresentada de conjunto pelo reformismo e o centrismo aos trabalhadores, mais uma vez, é vencer as eleições. O movimento de massa deve enfrentar essa Frente Ampla, mas também derrotar as políticas reformistas e a adaptação centrista ao Estado burguês. A política do centrismo (PSTU e MRT) resume-se às denúncias e exigências aos governos e ao Estado, passa pela ideia de uma melhor administração do Estado como se o conteúdo de classe burguês pudesse ser descolado do Estado burguês.

O fato é que não direcionam as ações da classe com impacto na produção, que interfiram na lógica econômica do capital. Qualquer ação deve estar atrelada, portanto, a um programa operário que de fato paralise a produção para a imposição de nossas demandas e pautas. Os sindicatos devem assumir um papel importante na organização dos trabalhadores frente à violência estatal. É preciso que as centrais sindicais avancem com a construção de Greve Geral, a partir dos métodos de classe que provoque a desorganização dos negócios da burguesia e coloquem em xeque suas formas de dominação através de um programa transicional que ataque as bases da política imperialistas e suas expressões nos governos de turno das semicolônias.

A BUROCRACIA DO SINPEEM ESCANCARA SUA POLÍTICA DE CONCILIAÇÃO DE CLASSES, TANTO COM NUNES/MDB QUANTO COM LULA/ALCKMIN



[SINDICAL]

É necessário fazer um balanço do último período para compreendermos a política responsável pelas **sucessivas derrotas impostas aos trabalhadores da educação municipal de São Paulo**. As perdas se acumulam, principalmente, após a aprovação da reforma da previdência em 2018, que ampliou o tempo de trabalho e de contribuição, seguida do **confisco dos aposentados e do aumento da contribuição previdenciária para 14%**. Desde então, os servidores sofrem com a intensificação do arrocho salarial e a perda de direitos (**diminuição das faltas abonadas, mudanças na concessão de licenças médicas**, etc).

No entanto, é necessário destacar também o último período de **ataques sucessivos, que ocorrem sem uma luta radicalizada e sem a resistência organizada dos trabalhadores**: desde a aprovação da Lei 18.221/2024, que caracterizamos como uma antecipação de elementos da Reforma Administrativa que tramita em âmbito nacional, impondo retrocessos às conquistas trabalhistas, a exemplo do início da **privatização da gestão das escolas, alteração nos processos de atribuição de classes/aulas, imposição da redução da jornada com redução de salário aos professores readaptados, redução do módulo de professores nas escolas, ampliação da privatização na Educação Infantil, imposição do SPI (reduzindo ainda mais o módulo das escolas)**, dentre outros. Importante retomar aqui **qual tem sido a política da direção do SINPEEM** desde a aprovação desta lei no apagar das luzes de 2024:

Manteve o “calendário de lutas” imobilista imposto à categoria no congresso de Outu-

bro/2024, com início da campanha salarial para o final de Março/2025, **desconsiderando completamente os ataques contidos da 18.221/24**, que justificava a antecipação e implementação de um verdadeiro e eficaz calendário de lutas por meio de um movimento organizado para não iniciar o ano letivo de 2025;

- Para conter a disposição de luta dos trabalhadores, que compreendiam instintivamente a necessidade de não iniciar o ano letivo enquanto o governo não revogasse a 18.221/24, **buscou iludir a categoria com as saídas judiciais**, impetrando ação de inconstitucionalidade e se apoiando em liminares para retardar a implementação da lei, desconsiderando completamente que a justiça é burguesa, ou seja, contra os direitos dos trabalhadores e que, portanto, os interesses privatistas deste governo têm respaldo de outras instâncias, inclusive do judiciário.

- Em substituição à convocação de uma assembleia no início do ano letivo - para que os trabalhadores pudessem decidir sobre a antecipação do calendário de lutas, **convocou uma plenária em local fechado, no sábado (08/02/25), que não deliberou absolutamente nada**, pois os pelegos da direção dos 3 sindicatos que compõem a COEDUC (SINPEEM/SEDIN e SINESP), após tentar ludibriar os presentes com um discurso de que não havia disposição de luta, comunicou que a plenária não tinha caráter deliberativo;

- **Convocou, sem deliberar em instância nenhuma, uma manifestação cultural “Bloco Unidos pela Educação” para um domingo (23/02/25) na avenida Paulista (que é fechada aos domingos)**, com o discurso falacioso de fazer o governo recuar.

- Na primeira assembleia do

ano, em 18/03/25, a burocracia manobra a votação e **adia, ainda mais, o início da greve para o dia 30/04**. E, assim que terminou a assembleia, distribuiu um boletim da COEDUC com um calendário de mobilizações regionais sem greve, atendendo à chantagem feita por Nunes no dia anterior à assembleia - de que nosso direito de greve é legítimo desde que não prejudique o atendimento nas escolas. Alertamos que as paralisações regionais se configuraram em clara ameaça dos burocratas ao método grevista. Atuamos nos atos regionais afirmando que a fragmentação da luta era o caminho da derrota.

- No dia 22/03/25, a burocracia precisou convocar **mais uma plenária inócua para justificar suas manobras na assembleia do dia 18/03**, e tentar convencer os trabalhadores de que as paralisações regionais eram um “método inovador” para enfrentar o governo. **Alguns dias depois, o prefeito Nunes**, numa clara demonstração de que todas essas ações pacifistas das direções sindicais eram inofensivas para fazê-lo recuar, **envia para câmara municipal o PL do “reajuste” dos servidores, com valor abaixo da inflação e parcelado**.

- A assembleia do dia 16/04/25 aprova a greve unificada do funcionalismo municipal à revelia das direções divisionistas da COEDUC. No entanto, **a greve, que se estendeu até o dia 06/05/25, contou com a atuação divisionista e imobilista das direções para quebrar a disposição de luta dos trabalhadores com as inócuas vigílias na frente da câmara municipal**, ou seja, sem nenhuma ação radicalizada, que sequer pode ser defendida nas assembleias completamente controladas pelos burocratas, por meio do silenciamento da base e das forças políticas opositoras. **O resultado foi mais uma derrota da**

categoria, que além do arrocho salarial também amargou o desconto de parte dos dias de greve em função de um acordo feito entre a COEDUC e o governo para não incidir descontos apenas para quem conseguisse repor até 31/07/25. Em meio ao acordo extremamente rebaixado de suspensão da greve, o governo também impôs 40 dias de quarentena, acatados pelas direções sindicais, o que permitiu que o governo iniciasse seu plano de privatização da gestão das escolas sem temer uma luta grevista contra o novo ataque.

- Manteve o **congresso sindical distracionista e festivo**, com um agravante neste ano: atropelar inclusive as duas únicas plenárias com uma série de manobras, **que terminou com a imposição de um plano de lutas lido e aprovado automaticamente por meio de ação truculenta**, que mesmo diante de uma manifestação espontânea de parte dos delegados que ocupou o palco solicitando a retomada dos debates e respeito à democracia operária, o burocrata seguiu lendo sozinho e aprovando automaticamente suas proposições até o final da plenária. A conclusão é de mais um ano com um plano de lutas imobilista e de conciliação de classes que foi imposto para frear as lutas da categoria.

- **SINPEEM participa da marcha a Brasília contra a reforma**

administrativa, demonstrando, junto às direções das centrais sindicais (CUT/CTB), que não irá organizar a luta efetiva para derubar a contrarreforma, mas atuará na retaguarda, mais uma vez, **apostando em emendas parlamentares que minimizem a ação violenta dessa reforma contra o funcionalismo público, com a finalidade de preservar a governabilidade e reeleição de Lula em 2026.**

Dessa forma, o processo de adaptação à democracia burguesa e de degeneração da direção burocrática do SINPEEM se aprofunda de forma acelerada, sendo cada vez mais evidente à categoria. Não foi à toa, durante o legítimo ato de ocupação do palco no congresso, que o presidente do sindicato berra aos quatro cantos que os ativistas ali seriam expulsos do sindicato, escancarando seu rompimento total com a democracia sindical e sua estreita relação com os governos de turno, contra os trabalhadores. Essa fala já estava implícita em discursos de diretores do seu grupo e simpatizantes em RE's e CR's, que insistiam em termos "práticas antissindicais" ao se referir à UICC ou a outros grupos abertamente mais críticos, sem especificar o que seriam essas práticas, mas claramente seria um subterfúgio para afastar da estrutura do sindicato aqueles que se opõem e que

denunciam suas traições.

Como pode ser evidenciado nos fatos descritos acima, o prefeito bolsonarista da cidade de São Paulo tem as mãos livres para impor suas medidas. Com as direções sindicais traidoras, a extrema direita se fortalece em São Paulo e em todo o país, sem que tenha de enfrentar as lutas das massas, contidas por suas ações colaboracionistas. Todos aqueles que subordinam ou negam abertamente a luta de classes em detrimento das disputas eleitorais ou de negociatas no campo da política burguesa estão cumprindo um papel de fortalecimento das tendências direitistas da burguesia e de seus governos. Traem e abandonam as reivindicações e os métodos que de fato defendem os assalariados perante os ataques para aplicar os métodos e a política do governo. **Portanto, a Unidade Independente Classista e Combativa conclama a vanguarda que defende uma política revolucionária no sindicato, a exigir das direções sindicais a retomada da luta direta, coletiva, contra as ofensivas dos governos de turno, que avançam contra as conquistas trabalhistas.**

BUROCRACIA DO SINPEEM MANOBRA EM TIRADA DE DELEGADOS PARA O 35º CONGRESSO DA CNTE

Na reunião de conselheiros regionais do SINPEEM, em 3 de dezembro, a direção do sindicato, sob o comando do presidente Cláudio Fonseca, realizou mais uma manobra para cercear a participação das oposições no congresso da CNTE.

De forma unilateral e antidemocrática, a direção:

- Não convocou assembleia para discutir os critérios de participação.
- Ignorou o coeficiente eleitoral e a proporção de forças dentro da direção do sindicato.

- Implantou arbitrariamente um número simbólico de apenas 25 vagas para toda a oposição, de um total de mais de 100 vagas às quais o sindicato tem direito.

- Primeiro apresentou uma lista de delegados pronta e fechada, exigindo da oposição uma lista imediata de interessados, configurando uma clara tentativa de controle e exclusão.

Essa manobra tem um objetivo político claro: silenciar as vozes críticas e garantir uma delegação alinhada incondicionalmente tanto à direção do sindicato quanto ao governo federal, transformando o

congresso da CNTE em um evento "chapa branca".

Esta ação ocorre em um momento de aprofundamento dos ataques aos trabalhadores, com a reforma administrativa tomando forma e atingindo em cheio a educação. A necessidade urgente da categoria é de organização sindical independente, classista, e de luta, e não de um congresso que sirva apenas para a defesa da Frentes Amplas com setores da burguesia visando as eleições que se avizinhem e em detrimento dos interesses reais dos trabalhadores e da luta organizada.